

RR 39000-71.2008.5.24.0086 - Publicação: DEJT 04.11.2011

Relator Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 24ª Região

Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Naviraí

Recorrido: Frigorífico Mercosul S.A.

DECISÃO: , por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação do art. 58, § 2º, da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para, em razão da impossibilidade de supressão das horas de percurso por meio de norma coletiva, **restabelecer a sentença que condenou os réus a não inserirem cláusula igual ou com o mesmo sentido da cláusula 22 do ACT 2007/2008 em outros acordos coletivos**, sob pena de multa.

EMENTA: RECURSO DE REVISTA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - HORAS *IN ITINERE* - SUPRESSÃO PREVISTA EM NORMA COLETIVA - INVALIDADE. A partir da edição da Lei nº 10.243/2001, que acrescentou o § 2º ao art. 58 da CLT, definiu-se que seria computado na jornada o tempo despendido no trajeto para o local da prestação de serviços, quando de difícil acesso ou não servido por transporte público, em condução fornecida pelo empregador. Consoante o moderno posicionamento da SBDI-1 do TST, ao qual tenho ressalvas, é válida a cláusula coletiva que estabelece a prefixação da quantidade de horas *in itinere* a ser paga ao obreiro, mesmo após o advento da referida lei. Contudo, na hipótese, não se trata da estipulação prévia da quantidade de horas de trajeto, e sim de renúncia às horas *in itinere* e imposição de tempo à disposição do empregador sem a devida contraprestação, procedimento vedado na esfera trabalhista. Logo, é inválida a supressão das horas de trajeto por meio de norma coletiva. **Recurso de revista conhecido e provido.**